

Cadernos **IHU** ideias

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
Ano 17 • n° 284 • vol. 17 • 2019



JESUITAS BRASIL



Renda básica em tempos difíceis

Josué Pereira da Silva

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Renda básica em tempos difíceis

Basic income in difficult times

Resumo

O objetivo deste artigo é abordar o tema da renda básica na contemporaneidade a partir do tensionamento entre a lógica da economia (capitalista) e a lógica do social. A referida tensão, neste artigo, serve como pano de fundo para a compreensão do verdadeiro significado de renda básica no contexto de uma sociedade capitalista.

Palavras-chave: Renda básica; Capitalismo; Lógica do social.

Abstract

This paper aims to address the theme of basic income in contemporary times from the tension between the logic of the (capitalist) economy and the logic of the social. The tension in this paper serves as a background for understanding the true meaning of basic income in the context of a capitalist society.

Keywords: Basic income; Capitalism; Social logic.

Cadernos
IHU *ideias*

Renda básica em tempos difíceis

Josué Pereira da Silva

Unicamp

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
ano 17 • nº 284 • vol. 17 • 2019

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS 

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: Pedro Gilberto Gomes, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Nestor Pilz

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XVII – Nº 284 – V. 17 – 2019

ISSN 1679-0316 (impresso)

ISSN 2448-0304 (online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: MS Rafael Francisco Hiller; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Faggion; Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marlene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: MS Rafael Francisco Hiller

Imagem da capa: stock-1863880_1920 (pixabay)

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração: Gustavo Guedes Weber

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003)- . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .
v.
Quinzenal (durante o ano letivo).
Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.
Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).
ISSN 1679-0316
1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.
CDU 316
1
32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

RENDA BÁSICA EM TEMPOS DIFÍCEIS

Josué Pereira da Silva

Unicamp

Introdução

Minha chave para abordar o tema da renda básica nesses tempos difíceis é a tensão entre a lógica da economia (capitalista) e a lógica do social, que hoje em dia parece pender para o lado da economia. Essa tensão, que trato no item I, é um pano de fundo necessário para compreender o verdadeiro significado de renda básica no contexto de uma sociedade capitalista.

Para isso, procuro, no item II, definir o que entendo por renda básica, diferenciando-a de outras formas de transferência direta de renda, seja em termos conceituais, seja em relação aos experimentos existentes aqui e em outros países.

Minha apresentação não se limita, no entanto, a abordar a noção de renda básica; isto é, como indica o título por mim sugerido, devo falar também, no item III, do difícil contexto em que vivemos atualmente, não só no Brasil, para o qual recorri à expressão tempos difíceis.

Por fim, após discutir a ideia de renda básica em um contexto que considero adverso, faço, no item IV, algumas considerações especulativas sobre as perspectivas das propostas de renda básica na atualidade.

I

Essa percepção de que existe uma tensão de fundo entre economia e sociedade está presente na obra de diversos autores, embora o vocabulário empregado para exprimi-la possa variar entre eles. Em Karl Marx, por exemplo, ela está presente no que se poderia denominar de tendência à mercantilização embutida na lógica de expansão da forma mercadoria para os diversos âmbitos da sociedade (Marx, 1985).

Podemos percebê-la também em Karl Polanyi, quando ele distingue as mercadorias genuínas das mercadorias fictícias, usando a última expressão para se referir ao trabalho, à terra e ao dinheiro, que para ele são mercadorias apenas em sentido fictício, já que nenhum dos três é produzido para a venda no mercado (Polanyi, 1944, pp. 72-3).

Da mesma forma, Thomas H. Marshall (1967), em suas formulações sobre o conceito de cidadania, deixa entrever a mesma tensão entre economia e sociedade ao contrapor cidadania, entendida como pertencimento igualitário a uma determinada comunidade política, à classe social, cuja lógica aponta para a relação de desigualdade entre os estratos de uma mesma sociedade.

Mais recentemente, Gosta Esping-Andersen, ao definir, em um de seus livros, o Estado de bem-estar social como “social citizenship state” (Estado da cidadania social), deixa ainda mais evidente essa tensão entre economia e sociedade (Esping-Andersen, 1985); e, a partir daí, constrói, em outro livro (Esping-Andersen, 1990), sua tipologia dos sistemas de bem-estar tendo por base fundamentalmente o grau de dependência que os direitos de cidadania guardam em relação ao mercado de trabalho.

Para tanto, ele usa o neologismo “decommodification” (que pode ser traduzido por desmercantilização) para lidar com essa relação de dependência. E, daí, classifica os diferentes modelos de Estado de bem-estar tendo por base a maior ou menor dependência que os direitos de cidadania da população beneficiária têm em relação à participação dessa população no mercado de trabalho. Ele conclui, então, que enquanto no modelo denominado anglo-americano (Inglaterra e Estados Unidos) os direitos de cidadania dependiam fundamentalmente da participação no mercado de trabalho, no modelo de bem-estar dos países nórdicos (Dinamarca, Noruega e Suécia) a maior parte dos direitos de cidadania não dependiam de participação dos beneficiários no mercado de trabalho.

Por essa razão, Esping-Andersen classificava o primeiro modelo (anglo-americano) como o mais mercantilizado, enquanto definia o segundo modelo (nórdico) como o menos mercantilizado. O terceiro modelo da tipologia, o central-europeu (França e Alemanha), ocupava, segundo sua classificação, uma posição intermediária entre os outros dois modelos, porque ele garantia mais direitos desvinculados de participação no mercado que o modelo anglo-americano, mas sem ir tão longe quanto o modelo nórdico na desmercantilização das relações sociais, cuja política distributiva foi a mais radical na ampliação de direitos sociais, sobretudo os direitos à saúde, à educação e à renda.

Assim, tais políticas de bem-estar social, instituídas principalmente no período pós-Segunda Guerra Mundial, contribuíram bastante para a

redução das desigualdades sociais, em especial nos lugares – como os países nórdicos – em que elas foram mais ambiciosas.

Em essência, todos esses modelos de bem-estar social se assentavam na articulação, considerada virtuosa por alguns, de crescimento econômico e pleno emprego da força de trabalho que, gerida pelo Estado, conseguia satisfazer ao menos parcialmente os principais atores do jogo político – empresas capitalistas e sindicatos de trabalhadores, garantindo os lucros dos primeiros e os salários dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que mantinha relativamente pacificado o conflito de classes.

Nessas condições, o Estado, responsável por gerir tal equação, tinha, com o crescimento econômico e o pleno emprego da força de trabalho, também garantida uma sólida base de arrecadação de impostos, com os quais financiava as políticas de bem-estar de modo a atender as expectativas de seus cidadãos.

A partir da metade da década de 1970, no entanto, as condições começaram a mudar, com a migração de empresas multinacionais para países do então chamado terceiro mundo, onde os salários e os impostos eram mais baixos.

A crise do petróleo na mesma época, com o decorrente aumento de seus preços, também contribuiu para desestabilizar aquela articulação política denominada por alguns de “era de ouro do capitalismo” (Marglin e Schor, 1991), que desaguou naquilo que inicialmente foi definido como “crise fiscal do Estado” (O’Connor, 1983) e, em seguida, como “crise do Estado de bem-estar” (Offe, 1984; Habermas, 1973; Gorz, 1983). A tudo isso se somou, mais tarde, a revolução tecnológica que, poupadora de trabalho, ajudou a aprofundar o desemprego durante a década de 1980, tema que desencadeou um intenso debate sobre a crise do trabalho assalariado e, mesmo, de uma sociedade que tinha nele seu principal fundamento (Silva, 2008, pp. 19-33).

Sem condições de manter o crescimento econômico e o pleno emprego da força de trabalho, o Estado de bem-estar entrou em uma crise, que afetou negativamente as políticas de cidadania, cujos direitos sociais tornaram-se os alvos prediletos dos ideólogos do neoliberalismo e dos governos de direita, que, com o fim dos regimes “socialistas” nos países do Leste, viram o caminho livre para colocar em prática suas políticas socialmente regressivas.

Passamos, assim, já durante o governo social-liberal de Bill Clinton, nos Estados Unidos, do *welfare* ao *warfare*; ou seja, de uma política de bem-estar para uma política de guerra contra os direitos sociais.

A ascensão recente de governos conservadores de direita, como o de Donald Trump, nos Estados Unidos, tornou a situação ainda pior por-

que, além de manter e até aprofundar as políticas privatistas neoliberais, acrescentou a ela uma dimensão de populismo reacionário e xenófobo, relativamente ausente nas vertentes neoliberais pró-globalização.

E isso ocorre não só nos países centrais, onde os trabalhadores haviam conquistado direitos sociais robustos, mas também em países como o Brasil, onde a conquista de direitos sociais estava ainda em seu limiar e, por isso, o estrago das políticas regressivas é muito mais danoso.

Em países como o Brasil, marcado por desigualdades bem mais profundas que nos países capitalistas centrais, as “contrarreformas”, como a trabalhista (Krein, 2018) e a da Previdência (esta ainda em andamento), são parte de um processo mais amplo de privatização, cujo objetivo principal é ampliar as áreas à disposição do mercado; os efeitos de tais políticas podem ser devastadores, sobretudo para os setores mais vulneráveis da população. Daí a necessidade de se contrapor a essa lógica perversa de privilegiar as relações de mercado em prejuízo da sociedade.

II

A terminologia utilizada pelos diversos autores e em diferentes contextos para falar de renda básica é bastante variada. Assim, expressões como *Stakeholder*, Renda de base, Renda básica de cidadania, Universal Grant, Alocação universal, Renda de existência são termos geralmente similares ao de Renda Básica, uma vez que todas se referem a propostas de distribuição incondicional de renda.

Mas há também uma variedade de expressões que se referem às políticas de transferência direta de renda que exigem contrapartidas de seus beneficiários, como imposto de renda negativo, renda mínima, renda mínima de inserção, Bolsa Escola e Bolsa Família, entre outras. Aqui, vale realçar que a principal diferença entre os dois tipos de proposição refere-se à contraposição entre condicionalidade e incondicionalidade, tema sobre o qual já escrevi antes (Silva, 2011; 2017).

Por outro lado, devo também mencionar as diferenças específicas no interior de cada um dos dois grupos principais de proposição: os que postulam a transferência incondicional e os que exigem alguma condicionalidade. Assim, conforme escrevi acima, no primeiro grupo é possível ver diferença, por exemplo, entre renda básica e *stakeholder*: embora as duas sejam incondicionais, a primeira propõe a distribuição mensal ou anual de recursos, enquanto a segunda sugere uma única dotação, a qual o recebedor deve se responsabilizar por administrar (Silva, 2014). No segundo grupo, por sua vez, a renda mínima, conforme a primeira proposta

de Suplicy (1992), difere do Bolsa Família, na medida em que a primeira destina-se ao indivíduo enquanto a segunda destina-se ao grupo familiar.

Portanto, as muitas especificidades, tanto entre os grupos principais quanto no interior de cada um deles, obrigam o debate a respeito das propostas e das políticas de transferência de renda a lidar com um emaranhado de termos que, à primeira vista, dificulta a percepção de suas nuances pelos não iniciados no assunto. Nesta exposição, não pretendo aprofundar a análise desse emaranhado conceitual, que exigiria muito espaço e seria de pouca valia em um momento como este.

Devo, no entanto, realçar duas dessas diferenças que, acredito, são importantes para a compreensão do tema que nos ocupa aqui (Silva, 2014; 2017). A primeira diferença é entre a proposta de renda básica e aquela denominada *stakeholder*, a segunda, que a meu ver é mais importante, se refere ao par condicionalidade versus incondicionalidade.

Começo, então, com uma definição simples de renda básica, recorrendo a um de seus principais teóricos, Philippe Van Parijs (2002, p. 195): “Uma renda básica é uma renda paga por uma comunidade política a todos os seus membros individualmente, independente de sua situação financeira ou exigência de trabalho”. Embora essa breve definição não mencione, é mais ou menos consensual, entre os propositores da renda básica, que ela deve ser distribuída permanentemente segundo períodos determinados de tempo – mês, ano etc. – de forma que a pessoa beneficiária a receba ao longo de toda a vida, cabendo ao Estado ou à comunidade política da qual a pessoa beneficiária é membro a responsabilidade por administrar os recursos a serem periodicamente distribuídos.

Nisto a renda básica difere da dotação conhecida como *stakeholder*, proposta por Bruce Ackerman e Anne Alstott,¹ segundo a qual as pessoas beneficiárias receberiam em uma única parcela o montante da dotação, cabendo doravante a elas próprias a responsabilidade por administrá-lo. Para os proponentes da renda básica, conforme escrevi em outro lugar,

“mesmo que seja uma dotação incondicional, a *stakeholder* pode facilitar a desigualdade, pois depende da capacidade do recebedor de gerir o dinheiro recebido. Se este último for um bom empreendedor, pode tirar proveito desta dotação, usando-a como capital inicial e tornar-se rico; por outro lado, se não o for, pode gastá-lo de forma imprevidente e continuar na mesma situação de carência anterior à dotação. Em um ou outro caso, a *stakeholder* pode contribuir para aumentar a desigualdade social, em vez de reduzi-la, como se espe-

1 Ackerman e Alstott defendem sua proposição no livro, de autoria dos dois, *The Stakeholder Society*, New Haven & London, Yale University Press, 1999.

ra que ocorrerá com a renda básica, que paga com regularidade a cada determinado período de tempo não deixará margem, por exemplo, para que um recebedor imprevidente gaste-a de uma só vez” (Silva, 2014, p. 10-11).

Ora, se a renda básica se diferencia da proposição denominada *stakeholder* no que se refere à temporalidade da distribuição dos recursos à população, é preciso também realçar suas diferenças em relação a programas de transferência direta de renda condicionada, como é caso do Bolsa Família. Nesse caso específico, uma primeira diferença tem a ver com o destinatário dos recursos: enquanto a renda básica tem como alvo o indivíduo, o Bolsa Família está voltado para a família. Mas esta última diferença – indivíduo ou família – já podia ser observada em uma comparação com a proposta original de renda mínima de Suplicy, de 1991, que se voltava para o indivíduo, embora também fosse, como o Bolsa Família, uma proposição amarrada a condicionalidades. Entretanto, a segunda e principal diferença entre renda básica e Bolsa Família refere-se, na verdade, à relação entre condicionalidade e incondicionalidade (Silva, 2017).²

Dessas considerações, pode-se concluir que a renda básica se mostra uma proposta mais adequada ao fortalecimento da cidadania e da dignidade dos beneficiários, porque a distribuição universal, incondicional e permanente da renda torna-a obrigatoriamente uma política de Estado, prevenindo sua manipulação pelos governantes do momento. Ademais, a universalidade e a incondicionalidade contribuem para promover a igualdade básica entre os membros de uma comunidade política, sem estigmatizar seus beneficiários, como ocorre com as políticas compensatórias focadas nos estratos mais carentes da população como é o caso do Bolsa Família. Dessa forma, entendo que sua propensão a promover a igualdade torna a renda básica uma proposta mais afinada com as políticas de esquerda, que tradicionalmente se vincula à luta por igualdade social (Silva, 2019).

Isto, evidentemente, não tira o mérito de políticas condicionadas e focadas como o Bolsa Família. Mas devemos ter muito claro que se trata de uma política compensatória, com objetivos limitados, a despeito do alcance que adquiriu – 45 milhões de pessoas – no Brasil durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), mesmo que os valores distribuídos não tenham chegado a 0,5% (meio por cento) do Produto Interno Bruto (PIB). Claro que esses valores são insignificantes perto do montan-

2 Além de ter a família como destinatário da renda e se basear em condicionalidades, o Bolsa Família distingue-se da renda básica também pelo foco nas populações de baixa renda e pelo tempo de permanência no mesmo, pois há a expectativa de que seus beneficiários encontrem, o mais breve possível, “uma porta de saída” do programa, gerando sua própria renda.

te de recursos direcionados ao que se convencionou chamar de “bolsa empresário”, pois esta última alcançou, à mesma época, cerca de 3,4% do PIB (valor sete vezes maior que o destinado anualmente ao Programa Bolsa Família), conforme informações publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*, em 16/10/2016.

Não devemos esquecer que o Brasil já tem, desde 2004, uma lei de renda básica de cidadania (lei nº 10.835, de 8 janeiro de 2004), resultante de um projeto apresentado pelo então senador Eduardo Matarazzo Suplicy. Essa lei foi sancionada pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, durante seu primeiro governo, um dia antes de ele sancionar a lei que oficializou o Programa Bolsa Família (lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004). Mas, infelizmente, essa lei da renda básica de cidadania, que é em muitos aspectos pioneira e sobre a qual já escrevi em outro lugar (Silva, 2014, pp. 101-118), permanece letra morta até o momento.

Apesar de seus limites, no entanto, o Bolsa Família poderia ser um ponto de partida para se chegar à renda básica de cidadania, como, aliás, queria Eduardo Suplicy (2006). Seu efeito simbólico seria grande. Mas, para tanto, precisaria ser generalizada e universalizada para o conjunto da população, coisa que sequer foi cogitada pelos governos petistas (Silva, 2011; 2014).

Antes de finalizar este item, cabe fazer um esclarecimento sobre incondicionalidade. Eu postulo aqui uma ideia de incondicionalidade em sentido amplo, que possibilite a inversão da prioridade lógica entre mercado e sociedade, já que a única condicionalidade que deve ser exigida pela renda básica é o pertencimento à sociedade.

Para isso, apoio-me na formulação de Alain Caillé (2000; 2014), denominada por ele incondicionalidade-condicional. A argumentação de Caillé em defesa da incondicionalidade é bem peculiar se comparada à de outros defensores da renda básica. Em geral, os argumentos mobilizados por esses últimos estão “limitados a motivações econômicas, como o desemprego estrutural e tecnológico” (Silva, 2017, p. 21). Embora não deixe de considerar tais motivações, Caillé dirige o olhar mais diretamente para o problema do vínculo social, conforme se pode ver em seu texto citado a seguir:

Antes de mais nada, e por hipótese, quase por tautologia, deve-se observar que o vínculo social – chamado também de aliança, estar juntos em vez de viver em separado, confiança – não pode ser gerado a não ser com uma dimensão de aposta incondicional, a não ser com um salto no desconhecido (Caillé, 2000, p. 103).

Sua concepção de incondicionalidade (incondicionalidade condicional) distingue-se, portanto, do entendimento predominante nos debates

sobre renda básica, já que nesses últimos raramente a incondicionalidade apela ao vínculo social. Ademais, na visão de Caillé, o vínculo deve ser entendido em termos de reciprocidade e não de equivalência, como nos contratos comerciais. Trata-se, pois, de uma formulação que prioriza a lógica do social em contraposição à lógica da economia, uma vez que a incondicionalidade, incrustada no tecido social, apela a um tipo de condicionalidade de fundo que é a própria reprodução do vínculo social.

III

Tendo em vista o que escrevi nos itens anteriores, minha tarefa agora é discutir as possibilidades de uma proposta de renda básica no contexto atual.

O debate contemporâneo sobre renda básica emergiu na década de 1980 e foi certamente influenciado pelo contexto de então, marcado pelas crises do Estado de bem-estar e do desemprego em massa. As duas crises, que estavam relacionadas e se alimentavam mutuamente, afetavam principalmente os países da Europa, até então berço principal dos sistemas de bem-estar. Foi, portanto, no bojo dessa situação de crise que surgiu com força o debate sobre o que denominamos aqui renda básica, cujo marco simbólico é o texto “A Capitalist Road to Communism”, de Robert J. van der Veen e de Philippe Van Parijs, publicado em 1986 na revista *Theory and Society* (volume 15, nº 5), como parte de um dossiê que contava ainda com comentários críticos de Erik Olin Wright, Alec Nove, Joseph H. Carens, Johannes Berger, Adam Przeworski e Jon Elster, além de uma réplica dos próprios Robert van der Veen e Philippe Van Parijs.

O argumento central do texto que desencadeou o debate, conforme indica seu título, era o de que se poderia transitar do capitalismo diretamente ao comunismo, sem passar pelo socialismo. O texto desafiava a tradicional tese de que o socialismo – definido, segundo os dois autores, pelo princípio “a cada um segundo suas possibilidades” – era um estágio intermediário necessário, durante o qual as forças produtivas se desenvolveriam a ponto de alcançar a abundância que permitiria a distribuição da riqueza produzida apenas com base no critério “a cada um segundo suas necessidades”, conforme a definição de comunismo apresentada pelos mesmos autores; ou seja, uma situação na qual a distribuição seria feita sem a exigência de contrapartida pelos indivíduos.

Para van der Veen e Van Parijs, aquele estágio de transição não era mais necessário porque o capitalismo já havia desenvolvido suficientemente as forças produtivas. Com isso, a questão a ser resolvida não era mais a de impulsionar a produção, mas sim a de distribuir a riqueza já

produzida. E a alocação de uma renda universal e incondicional era, para eles, a resposta mais plausível.

Vinte anos depois, em 2006, no primeiro número da revista *Basic Income Studies*, eles publicam outro texto, também objeto de comentários de debatedores, cujo título chama a atenção para a semelhança com aquele mencionado antes: “A Capitalist Road to Global Justice”. Esse título, embora algo semelhante ao anterior, deixa evidente uma mudança na percepção de seus autores: em lugar de comunismo aparece a expressão justiça global. Sem querer me aprofundar no problema, vale ressaltar que o novo título aponta para a mudança de contexto entre os dois momentos, marcada pela queda do muro de Berlim, pelo fim do bloco soviético e pela intensificação dos processos de globalização.

Em algum sentido, a proposição de uma renda universal e incondicional aparecia também como uma saída tanto para a crise do Estado de bem-estar que, com a crise fiscal decorrente do estreitamento de sua base de arrecadação de impostos, via diminuir sua capacidade de atender às demandas da cidadania, quanto para a crise de desemprego que transformava uma parcela crescente da população em desempregados de longa duração ou mesmo permanentes, o que também contribuía para pressionar o Estado a oferecer mais proteção social.

Diante dessa situação, emergiram entre os participantes do debate sobre transferência de renda aqueles que viam na proposta uma possível solução para a crise do Estado de bem-estar. Assim, para alguns, a renda distribuída – chamada então de substitutiva – poderia substituir outros direitos sociais até então providos pelo Estado de bem-estar. Felizmente, porém, essa não foi a posição predominante no debate, mas sim aquela que pode ser definida como completiva, a qual, em vez de substituir, completaria os direitos sociais até então conquistados (Milano, 1989).

Desde essa época o debate sobre renda básica se generalizou, alcançando diversos países, como testemunha a criação, em 2001, da *Rede Mundial de Renda Básica* (BIEN), sucessora de sua congênera europeia. Juntamente com o debate presenciamos também a proliferação de experimentos de transferência direta de renda, principalmente condicionais, em diversos países ao redor do mundo.

Nos últimos tempos, porém, a despeito da crescente adesão à ideia de renda básica, o contexto para sua realização tem se tornado mais adverso. Com o visível esgotamento do projeto neoliberal, sobretudo a partir da crise de 2008 (Streeck, 2018), esperava-se que pelo menos os governos alinhados à esquerda do espectro político se voltassem para a recuperação das políticas sociais, contrapondo-se às políticas neoliberais. Mas tais esperanças foram frustradas pelos governos chamados de es-

querda, que, em vez de tomarem medidas socialmente progressivas, como taxar as grandes fortunas³ e os dividendos das empresas⁴, preferiram aderir às políticas neoliberais, reforçando a lógica das “contrarreformas” destruidoras de direitos sociais.

Essa situação só se agravou com a emergência recente de governos conservadores de direita, como o de Donald Trump nos Estados Unidos e o de Jair Bolsonaro no Brasil. São, sem dúvida, tempos difíceis para propostas como a de renda básica.

IV

A despeito das dificuldades atuais, é bom deixar claro que as principais demandas por direitos sociais e trabalhistas percorreram longos e tortuosos caminhos antes de se transformarem em conquistas. Foi assim com a jornada de trabalho de oito horas, com os sistemas de seguridade social e, enfim, com os direitos sociais relacionados à saúde e à educação públicas. Não será diferente com a renda básica, mesmo que o contexto atual seja desfavorável para sua realização imediata.

Mais importante que o contexto desfavorável, no entanto, é sua crescente divulgação, que alcança cada vez mais parcelas da opinião pública. Assim, ainda que não seja aceita sem restrições, é visível a ampliação do alcance dessa ideia em diversos países, conforme se vê na crescente e diversificada literatura a respeito de renda básica, em sua cada vez maior presença nas agendas de agrupamentos políticos que a transformam em proposição de política pública e também na criação de redes nacionais de renda básica, como a brasileira, que já existe informalmente há algum tempo e agora (26/4/2019) de se institucionalizar. Isto sem contar o apoio que a ideia vem recebendo de personalidades como Mark Zuckerberg e outros do tipo.

Além disso, não se pode perder de vista que os experimentos de transferência direta de renda, locais ou nacionais, existentes ao redor do mundo, ainda que grandemente apegados a condicionalidades, ganham cada vez mais legitimidade social, tornando difícil sua pura e simples eliminação por governantes de momento. Aliás, são frequentes as tentativas de governantes os mais diversos de se apropriar de tais experimentos, usando a retórica de que pretendem melhorá-los.

3 Para Thomas Piketty, as grandes fortunas, que resultam de patrimônios acumulados por muito tempo, são em grande medida as responsáveis pelo aumento da desigualdade social, sobretudo nesses anos de parco crescimento econômico (Piketty, 2013). Ver também Van Parijs (1996, p. 34-40), sobre outras possíveis formas de financiamento da renda básica.

4 O Brasil é um dos poucos países do mundo que não taxam tais dividendos.

Mas, por outro lado, isto não pode ser motivo para nos enganarmos, porque até o momento não é perceptível em nenhum deles, mesmo os que se dizem de esquerda, o passo decisivo em direção à universalização e à incondicionalidade, condições necessárias para que a transferência de renda deixe de ser uma mera política compensatória e se torne uma verdadeira política de cidadania e, em consequência, se transforme de fato em um contraponto à desenfreada tendência à mercantilização das relações sociais.

Referências bibliográficas:

- Ackerman, Bruce; Alstott, Anne (1999), *The Stakeholder Society*, New Haven, Yale University Press.
- Caillé, Alain (2000), *Antropologie du don*, Paris, Desclée de Brouwer.
- Caillé, Alain (2014), *Anti-utilitarisme et paradigme du don. Pour quoi?*, Paris, Le Bord de L'Eau.
- Esping-Andersen, Gosta (1985), *Politics against Markets*, Princeton, Princeton University Press.
- Esping-Andersen, Gosta (1990), *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Princeton, Princeton University Press.
- Gorz, André (1983), *Le Chemins du Paradis*, Paris, Editions Galilée.
- Habermas, Jürgen (1973), *Legitimation Crisis*, Boston, Beacon Press.
- Marglin, Stephen A. e Schor, Juliet B. Schor, Eds. (1991), *The Golden Age of Capitalism*, Oxford, Clarendon Press.
- Krein, José Dari (1918), "O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva. Consequências da reforma trabalhista", *Tempo Social*, V. 30, no. 1, pp.77-104.
- Marshall, Thomas H. (1965), *Class, Citizenship and Social Development*, Garden City, Anchor Books.
- Marx, Karl (1985), *O Capital*, São Paulo, Abril Cultural.
- Milano, Serge (1989), *Le Revenu Minimum Garanti dans la C.E.E.*, Paris, Press Universitaire de France.
- O'Connor, James (1973), *The Fiscal Crisis of the State*, New York, St. Martin Press.
- Offe, Claus (1984), *Contradictions of Welfare State*, Cambridge, Ma. MIT Press.
- Piketty, Thomas (2013), *Le capital au XXIe siècle*, Paris, Éditions du Seuil.
- Polanyi, Kral (1944), *The Great Transformation*, Boston, Beacon Press.
- Silva, Josué Pereira da Silva (2008), *Trabalho, cidadania e reconhecimento*, São Paulo, Annablume, pp. 19-33.
- Silva, Josué Pereira da Silva (2011), "Da bolsa família à renda básica: limites e possibilidades de uma transição", *Idéias*, ano 3 (3), pp.43-60.
- Silva, Josué Pereira da Silva (2014), *Por que renda básica?*, São Paulo, Annablume.
- Silva, Josué Pereira da Silva (2017), "Nota crítica sobre (in)condicionalidade", *Revista Brasileira de Sociologia*, vol. 05, no. 10, pp. 5-29.
- Silva, Josué Pereira da Silva (2019), "What is Left? Nota crítica sobre desigualdade e justiça", *Caderno CRH* (no prelo).
- Streeck, Wolfgang (2018), *Tempo Comprado. A crise adiada do capitalismo democrático*, São Paulo, Boitempo.
- Suplicy, Eduardo Matarazzo (1992), *Programa de Garantia de Renda Mínima*, Brasília, Serviço Gráfico do Senado.
- Suplicy, Eduardo Matarazzo (2006), *Renda Básica de Cidadania: a resposta dada pelo vento*, Porto Alegre, L&PM.
- Van der veen, Robert J. e Van Parijs, Philippe (1986), "A Capitalist Road to Communism", *Theory and Society*, vol.15, no. 5, pp. 635-655.

Van der Veen Robert e Van Parijs, Philippe (2006), "A Capitalist Road to Global Justice. Reply to Another Six Critics", *Basic Income Studies*, vol. 1, issue. 1, pp. 1-15.

Van Parijs, Philippe (1996), *Refonder la solidarité*, Paris, Éditions du CERF.

Van Parijs, Philippe (2002), "Renda Básica: renda mínima para século XXI", in Suplicy, Eduardo Matarazzo (2002), *Renda de Cidadania: a saída é pela porta*, São Paulo, Cortez Editora, pp. 194-230.

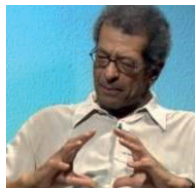
CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sônia Monteiro
- N. 04 *Emani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Kilpp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Edson Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krschke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nisia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde* – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 32 *À mea luz: a emergência de uma Teologia Gay* – Seus dilemas e possibilidades – André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Airton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de "A Teoria da Classe Ociosa"* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Edson Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 46 *"Esta terra tem dono". Disputas de representação sobre o passado missioneiro no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Taraju* – Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evi-lázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éliada Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesseling
- N. 53 *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 54 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 55 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 56 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 57 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Serge Latouche
- N. 58 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 59 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 60 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 61 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 62 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman
- N. 63 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 64 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 65 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaia
- N. 66 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 67 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 68 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 69 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 70 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 71 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 72 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini

- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Biotética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Altico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: Irendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marilene Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premebeida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul* – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentil Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montañó
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Pettele
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Mator Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: o caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airosa da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Druque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Doménica Hattege e Viviane Klaus

- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camilla Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandú: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perout Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimizações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religião dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solitário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Cicconet Domelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetelli e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Ellul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi

- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odeiso Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martnez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevian
- N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Turmet Avila e João Batista Santos Conceição
- N. 235 *Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)* – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 *Economias Biopolíticas da Dívida* – Michael A. Peters
- N. 237 *Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação* – Halina Macedo Leal
- N. 238 *O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global?* – Leandro Inácio Walter
- N. 239 *Brasil: A dialética da dissimulação* – Fábio Konder Comparato
- N. 240 *O irrepresentável* – Homero Santiago
- N. 241 *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno* – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 *Uma crise de sentido, ou seja, de direção* – Stefano Zamagni
- N. 243 *Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão* – Dirce Koga
- N. 244 *A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal* – Alexandre Filardi de Carvalho
- N. 245 *Esquecer o neoliberalismo: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo* – Moysés da Fontoura Pinto Neto
- N. 246 *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo* – Andrea Fumagalli
- N. 247 *Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governamento* – Dora Lilia Marin-Díaz
- N. 248 *Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia* – Roberto Romano
- N. 249 *Jesuítas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980)* – Iraneidson Santos Costa
- N. 250 *A Liberdade Viglada: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet* – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 *Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira* – Francini Lube Guizardi
- N. 252 *A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade* – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 *Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades?* – Vinícius Nicastro Honesko
- N. 254 *Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva* – Jean-Bosco Kokozi Kashindi
- N. 255 *Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles* – Marcelo Castañeda
- N. 256 *Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira* – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 *Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização* – Altair Sales Barbosa
- N. 258 *O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder* – Rodrigo Karmy Bolton
- N. 259 *Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical?* – Moysés Pinto Neto
- N. 260 *Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre?* – Leandro Rogério Pinheiro
- N. 261 *Fingindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo* – Henrique Costa
- N. 262 *As sociabilidades virtuais glocalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibemético do grupo Direitos Urbanos no Recife* – Breno Augusto Souto Mauro Fontes e Davi Barboza Cavalcanti
- N. 263 *Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira* – Sauro Bellezza
- N. 264 *Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS)* – Stela N. Meneghel
- N. 265 *Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum* – Armando de Melo Lisboa
- N. 266 *Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos* – Aline Albuquerque
- N. 267 *O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil* – Giuseppe Tosi
- N. 268 *Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia?* – Alana Moraes de Souza
- N. 269 *A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente* – Osiel Lourenço de Carvalho
- N. 270 *O campo de concentração: Um marco para a (bio) política moderna* – Viviana Zarembski Braga
- N. 271 *O que caminhar ensinava sobre o bem-viver? Thoreau e o apelo da natureza* – Flavio Williges
- N. 272 *Interfaces da morte no imaginário da cultura popular mexicana* – Rafael Lopez Villaseñor
- N. 273 *Poder, persuasão e novos domínios da(s) identidade(s) diante do(s) fundamentalismo(s) religioso(s) na contemporaneidade brasileira* – Celso Gabatz
- N. 274 *Tarefa da esquerda permanece a mesma: barrar o caráter predatório automático do capitalismo* – Acauam Oliveira
- N. 275 *Tendências econômicas do mundo contemporâneo* – Alessandra Smerilli
- N. 276 *Uma crítica filosófica à teoria da Sociedade do Espetáculo em Guy Debord* – Atílio Machado Pappas
- N. 277 *O Modelo atual de Capitalismo e suas formas de Captura da Subjetividade e de Exploração Social* – José Roque Junges
- N. 278 *Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo* – Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Scalco
- N. 279 *O mal-estar na cultura medicamentalizada* – Luis David Castiel
- N. 280 *Mistérios da economia (divina) e do ministério (angélico). Quando a teologia fornece um paradigma para a filosofia política e esta retroage à teologia* – Alain Gignac
- N. 281 *A Campanha da Legalidade e a radicalização do PTB na década de 1960. Reflexos no contexto atual* – Mário José Maestri Filho
- N. 282 *A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra: ensaio sobre os fundamentos do indivíduo egoísta contemporâneo* – Ângela Ganem
- N. 283 *Vai, malandra. O despertar ontológico do planeta fome* – Armando de Melo Lisboa



Josué Pereira da Silva. É bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo – USP, mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e doutor em Sociologia pela New School for Social Research, Nova Iorque, Estados Unidos. Atua como professor na Unicamp. Desde 2011 coordena, junto com Sílvio Camargo, o grupo de pesquisa Teoria Crítica e Sociologia.

Algumas obras do autor

DA SILVA, JOSUÉ PEREIRA. De que lado estás, Ariel? Reconhecimento e redistribuição na teoria da emancipação de Boaventura de Sousa Santos. **Revista Política e Sociedade**, v. 17, p. 88-117, 2019.

_____. O que é crítico na sociologia crítica? **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (Online), v. 32, p. 1-18, 2017

_____. Marcuse e o conceito de trabalho. **Ideias** (UNICAMP), v. 8, p. 21-42, 2017.

_____. Nota crítica sobre (in) condicionalidade. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 5, p. 5-29, 2017.

Outras contribuições do autor

DA SILVA, JOSUÉ PEREIRA. A renda básica universal como resposta à radicalização do capitalismo. Entrevista especial publicada por Revista IHU On-Line, em 25 de abril de 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/588584>

_____. O desafio de compreender e buscar uma renda básica. Entrevista especial publicada por Revista IHU On-Line, em 29 de abril de 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/566818>

_____. Renda básica: uma proposta que permite desfrutar da igualdade. Entrevista especial publicada por Revista IHU On-Line, em 05 de junho de 2015. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/532017>

_____. Cidadania, autonomia e renda básica. Cadernos IHU ideias (UNISINOS), 2011.



UNISINOS